

REUNIÃO ANUAL DAS ASSEMBLÉIAS DE GOVERNADORES

FORTALEZA, BRASIL

AB-2164
CII/AB-804
11 março 2002
Original: francês

DISCURSO DO GOVERNADOR SUPLENTE INTERINO PELA FRANÇA
NA SEGUNDA SESSÃO PLENÁRIA

Ambroise Fayolle

1. É com satisfação que nos reencontramos no Brasil, três anos depois de termos aqui celebrado o quadragésimo aniversário do Banco Interamericano de Desenvolvimento. O Brasil é o país inspirador da criação do Banco e a terra em que se acordou sua fundação. Também estamos, aqui em Fortaleza, numa região de forte intervenção do Banco. Tudo isto é de bom augúrio.
2. Após a Assembléia de Governadores realizada no ano passado em Santiago, Chile, o Continente americano foi violentamente sacudido por choques de distinta natureza. Nos Estados Unidos, atentados cujo impacto político, econômico e, sem dúvida, geoestratégico ainda não conhecemos inteiramente. Na América no México, no Caribe, um choque econômico global ligado à redução do ritmo de crescimento mundial, que os acontecimentos de 11 de setembro precipitaram e que afeta os países de diferentes maneiras. Por último, particularmente na Argentina, vários e severos abalos sofridos por essa grande economia da região.
3. ***Desejo, em primeiro lugar, dedicar uma ou duas palavras ao modo pelo qual o meu país percebe o tratamento a ser dado à situação na Argentina***
 - 3.1. Evidentemente, **solidariedade** é a primeira palavra. A população do meu país está consciente da crise que abala esse país que nos é próximo histórica, cultural e economicamente. Estamos solidários com o povo argentino. Desejamos participar do esforço internacional que habilite os argentinos a superar suas graves dificuldades e que permita que esse grande país devolva a esperança dos seus habitantes. Cumpre dotar-nos dos meios para obter essa solidariedade. Pensamos que as nossas instituições financeiras internacionais, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Mundial devem concretizá-la, o que têm feito nos últimos meses. Se, hoje, a situação nos reacende a esperança, é graças a essas instituições internacionais e às ações que, coletivamente, solicitamos que empreendessem.

3.2. Claro está que é preciso ir além da solidariedade. Isto exige um diálogo entre todos os atores interessados : o governo argentino, os outros órgãos executivos do país, as instituições financeiras internacionais e os demais parceiros que têm contribuído para o financiamento da economia argentina. Deve esse diálogo permitir que se encontre, rapidamente, o difícil caminho de saída das incompreensões atuais, que privam a economia argentina dos financiamentos internacionais que ela tem sabido mobilizar com acerto.

3.3. Minha segunda palavra sobre a Argentina será a **estabilidade**. De fato, como superar esses obstáculos sem estabilidade no nível político e econômico?. **Em primeiro lugar, estabilidade política**. Sei que traduzirei o sentimento de muitos ao insistir quanto à importância da democracia como fator de estabilidade. Trata-se de uma evidente condição para o desenvolvimento econômico sustentável. **Ademais, estabilidade econômica**. Isto significa que, nos cenários de saída da crise, deveremos encontrar, juntos, as condições que habilitarão a Argentina a reencontrar uma relação de longo prazo com seus parceiros econômicos, e a isso me refiro em sentido amplo.

3.4. A respeito, o que interessa é uma relação econômica complexa ente os argentinos, suas estruturas públicas, suas empresas, seus bancos, os investidores e os doadores de fundos internacionais, públicos e privados. Evidentemente, isto exige que as relações da Argentina com as instituições financeiras internacionais devem permanecer íntegras. Isto também significa que o tratamento dos diferentes parceiros, do ponto de vista dos esforços que cada um deverá empreender, deverá ser considerado aceitável por todos. A meu ver, a primeira prioridade consiste em devolver ao sistema bancário a credibilidade que a crise prejudicou.

3.5. Parece-me também essencial uma renovação da confiança dos doadores internacionais privados, dos quais a economia muito depende. Isto não significa que não se deva fazer nada. Significa, isso sim, que cada um deve agir dentro de um calendário adaptado, e com credibilidade. De minha parte, estou convencido de que poderemos, em conjunto, encontrar as condições para essa solidariedade e estabilidade, o que exige, porém, que todos participem com as suas respectivas parcelas de trabalho.

4. A situação atual dos outros países da região nos parece mais heterogênea, mas talvez igualmente preocupante

4.1. Pelo menos a esta altura dos acontecimentos, certamente nos tranqüiliza o caráter limitado do contágio da crise argentina sobre o resto da América Latina. É verdade que as economias do Mercosul (e penso principalmente no Uruguai) têm sofrido ou ainda sofrem as conseqüências dessa crise.. Mas, ao manterem, nessa tormenta, o controle de políticas macroeconômicas sadias, as economias latino-americanas, em conjunto, têm contornado as conseqüências dos diferentes choques que afetaram o Continente em 2001. No Brasil, as perspectivas econômicas tomam um rumo mais encorajador. O Chile e o México são exemplos cada vez mais apreciados pelos investidores internacionais. Não obstante, é preciso cautela para não pecar por excesso de otimismo : o risco de contágio não desapareceu e exige controle. Sem nosso esforço comum, contágios de outros tipos poderão emergir e reduzir o fluxo de investimentos estrangeiros diretos para o Continente e, sem dúvida, para o conjunto dos países emergentes.

4.2. Ademais, existem dificuldades próprias de certos países. Se não são sistêmicas, nem por isso são menos graves. Refiro-me em particular à região do **Caribe**, fortemente abalada pelos acontecimentos de 11 de setembro. Os países dessa sub-região obtinham substancial parcela de suas receitas com o turismo, setor que estancou : não duvido que a situação melhora, mais isso demandará tempo. Recuperar a estabilidade também exige, por certo, reforçar as capacidades institucionais de alguns desses países, em matéria de luta contra a lavagem de dinheiro, as drogas ou as transações ligadas ao terrorismo. Trata-se, aliás, de uma prioridade das autoridades francesas, que elas desenvolvem em todos os âmbitos multilaterais. E, também, em matéria de segurança, particularmente no nível dos aeroportos. Há algumas semanas, a França confiou ao Banco Interamericano um pacote financeiro específico que possibilitará a adoção de ações concretas sobre a matéria. A Agência Francesa de Desenvolvimento também disporá de uma linha análoga a ser criada em conjunto com o BID e destinada principalmente a países que não são membros do Banco.

5. *Felizmente, o Banco Interamericano adotou novos instrumentos de financiamento que o habilitarão a melhor atender as necessidades dos países mutuários*

5.1. Além do papel central que o Banco tem desempenhado na gestão de crises na região ao longo deste ano, os últimos meses têm-se caracterizado pela reforma dos seus instrumentos de empréstimo. No ano passado, tínhamos aprovado o princípio da reforma limitada dos programas de empréstimos, pois cumpria resolver sem demora a situação ambígua em que se encontrava o Banco. A respeito, devo agradecer, de um lado, ao governo chileno e, em particular, ao Sr. Mario Maciel e, do outro, à administração do Banco, pela diligência com que os trabalhos foram levados a cabo.

5.2. Creio que chegamos a uma boa solução, que dota o Banco de três tipos de instrumentos (empréstimos para emergências, empréstimos de investimento e empréstimos baseados em políticas), cuja natureza o habilita a dispor de importantes montantes para atender a demanda em condições de suficiente transparência. Evitaremos, como era o caso até aqui, a necessidade de recorrer com demasiada frequência a interpretações à margem do texto. Evidentemente, essa reforma é para nós uma experiência, em cujo âmbito citarei **três desafios**:

5.3. *O desafio da redução da pobreza e das desigualdades.* A eficácia da nova gama de instrumentos será, com efeito, julgada por sua capacidade de melhorar a mobilização de recursos destinados aos mais pobres: de um lado, em situações de crise, pois as populações mais frágeis são as que mais sofrem o seu impacto. Desejamos que as despesas sociais sejam em grande parte « santuarizadas » no tratamento de crises; e do outro lado, os financiamentos habituais. Com efeito, atualmente os programas de empréstimo são pouco utilizados para os setores sociais. A nova capacidade do Banco nesse campo deverá habilitá-lo a intensificar sua ação nesse sentido.

5.4. *O desafio da preservação dos equilíbrios financeiros do Banco.* Na verdade, consideramos que a situação atual está muito distendida. De um lado, a concentração dos riscos nos três maiores mutuários é muito grande. De outro, a capacidade de intervenção do Banco em « pacotes » de resolução de crise, mesmo que seja muito grande do ponto de vista jurídico, continua muito contraída do ponto de vista financeiro. Em particular, corremos o risco de chegar rapidamente a uma situação em que o Banco não terá condições de atender

um crise subseqüente. Evidentemente, a situação atual é muito boa intrinsecamente, pois nossa Instituição é gerida com prudência. Contudo, considero essencial o estudo a ser realizado neste ano sobre a adequação do capital e sobre a capacidade de intervenção do BID.

5.5. Finalmente, o desafio de uma melhor coordenação entre instituições financeiras internacionais. Para a França, a intervenção das instituições financeiras internacionais num país deve, antes de mais nada, orientar-se para as preferências e demandas desse país. Ademais, para chegar a resultados a longo prazo nessa matéria, também é preciso que a oferta dessas instituições revista suficiente coerência e facilidade de acesso. A harmonização de procedimentos parece-nos pragmática e útil, assim como o reconhecimento mútuo de estudos prévios às intervenções: certamente, não é adequado que cada instituição conduza de maneira independente seus estudos de impacto ambiental, suas análises de demonstrativos de despesa públicas, etc. Da mesma forma, as estratégias por país adotadas pelas instituições devem, a meu ver, levar em conta as estratégias das demais, mesmo que isto certamente não signifique que as estratégias de país devam ser comuns.

5.6. Parece-me que a avaliação dessas novas medidas, sobre as quais já decidimos em princípio, esclarecerá a pertinência dos seus méritos e de sua aplicação.

6. Também devemos pensar constantemente nas futuras relações entre o Banco e as economias da região

6.1. Não tenho a pretensão de apresentar, no dia de hoje, todos os elementos de resposta sobre este assunto. Desejo, porém, externar aos senhores algumas reações preliminares às idéias que circulam e que me levam a pensar que esta reunião de Fortaleza é o ponto de partida para uma reflexão estratégica essencial para a região.

6.2. Em primeiro lugar, ao longo dos debates havidos na Comissão da Assembléia de Governadores, alguns países da região propuseram a criação, pelo BID, de instrumentos novos e mais complexos. A seguir, o Presidente do Banco teve a boa idéia de adotar as sugestões formuladas por uma comissão presidida pelo Sr. Angel Gurria, que inseriram essas preocupações dentro de um quadro mais global. Sou particularmente grato ao Presidente Iglesias por nos haver comunicado, previamente, ao nosso encontro de Fortaleza, suas recomendações principais. Antes de mais nada, quero dizer que a França está aberta a tais reflexões. Para abordar esse debate, desejo registrar inicialmente que o Presidente, em consenso com o novo Presidente da Assembléia de Governadores, nos apresenta proposições de método. Em face dos interesses em jogo, é necessário evitar tanto uma reação precipitada como um debate interminável.

6.3. Em essência, desejo insistir quanto aos nossos objetivos em matéria de política de ajuda ao desenvolvimento. As iniciativas do BID certamente deverão levar em grande conta o contexto global em que se inserem. Assim, citarei sucessivamente **quatro convicções que, segundo creio, nós compartilhamos:**

6.4. A eficácia da ajuda é um fator central do financiamento global do desenvolvimento. Estamos a alguns dias da Conferência de Monterrey, e os compromissos recíprocos que lá serão assumidos e formalizados por meio do « Consenso de Monterrey » deverão orientar as reflexões relativas ao Banco Interamericano de Desenvolvimento. Em particular, o BID deve procurar ajudar os países da região a adotar políticas internas ainda mais adaptadas à

otimização do fluxo de financiamento do desenvolvimento. Sem dúvida, isto implica maior capacidade de promoção de reformas, bem como os instrumentos indispensáveis para tal fim.

6.5. *A concepção de desenvolvimento econômico deve incluir sua sustentabilidade.*

Rumaremos de Monterrey para Joanesburgo, decorridos dez anos da reunião no Rio de Janeiro. Hoje, o papel do BID é maior e reconhecido nos setores do meio ambiente ou no setor conexo da água. A nosso ver, pareceria útil que o Banco avance ainda mais nessa matéria e ofereça sua contribuição, num campo em que sua especialização o qualifica como instituição líder, para o desenvolvimento de « bens públicos globais ».

6.6. *Devemos dotar-nos de mecanismos para enfrentar, da maneira mais apropriada, as ameaças permanentes que pesam sobre os países do Sul.* As idéias relativas a novos métodos de reestruturação da dívida soberana parecem-nos particularmente interessantes. A respeito a França, que preside o Clube de Paris, oferecerá sua participação e seu apoio. A participação do BID também me parece igualmente útil.

6.7. A propósito, desejo insistir quando a fato de que uma das lições das últimas semanas, resultante em particular de reações às vezes intensas da sociedade civil a respeito do fenômeno da globalização e da bancarrota do grupo Enron, é de que a governabilidade e a transparência são condições indispensáveis para o desenvolvimento econômico sustentável. Em particular, nutro a idéia de que ***a criação de mecanismos complexos, de instrumentos financeiros bom desempenho, sempre correspondentes às necessidades dos clientes, só representará um progresso se existir uma regulamentação apropriada.*** Isto requer, no mínimo, que os novos riscos criados sejam de natureza e de implicações perfeitamente identificáveis pelo conjunto de parceiros envolvidos, tanto direta como indiretamente. Isto também exige um estudo prévio das situações de choque a que estarão submetidos esse novos mecanismos. Também devemos levar em conta essas considerações ao modernizarmos as nossas instituições financeiras internacionais.

7. Em conclusão, desejo saudar, em nome do governo francês, o Presidente Iglesias e seus assessores pelo notável trabalho desenvolvido ao longo dos últimos meses, com a diligência e o propósito que dão eficiência às ações das organizações internacionais.

8. Por último, a poucos dias da Conferência de Monterrey, quero deixar registrada a importância que atribuo, num período em que os fluxos privados para os países em desenvolvimento não progridem mais, a que os fluxos públicos se fortaleçam como fator de solidariedade internacional. Sempre em busca de uma melhor eficácia da ajuda, também devemos participar de um aumento dos fluxos de ajuda pública. A França, como principal doadora dos países do G7, em termos de esforço relativo, pretende servir de exemplo nesse sentido. Assim, o governo do meu país prevê, pela primeira vez depois de vários anos, que a nossa contribuição para a ajuda mundial aumentará em 20% entre 2000 e 2002, passando assim de 0,32% para 0,36% da nossa riqueza nacional. Com os países da União Européia, exortamos os outros países doadores a intensificar suas ações nessa matéria.